

A Comemoração Monumental nas Cunhagens Romanas

*Ivan Grecco de Vasconcelos**

VASCONCELOS, I. V. A Comemoração Monumental nas Cunhagens Romanas. R. *Museu Arq. Etn.*, 32: 87-95, São Paulo.

Resumo: A arquitetura e a monumentalidade se constituem desde a antiguidade em um veículo de divulgação – com caráter por vezes oficial – de ideias através de seus aspectos formais e simbólicos, que são propositalmente escolhidos para tais funções, como atesta Vitruvius em seu manual arquitetônico. É recorrente no mundo romano que a comemoração de um evento como um triunfo ou um aniversário seja realizada através da dedicação ou restauro de um monumento, buscando usualmente fazer uma associação simbólica entre o objeto, o evento e a pessoa. Uma vez que a moeda também constitui um veículo estritamente oficial de divulgação de ideias, pode suscitar e reforçar a memória e a associação entre o indivíduo e o evento. Assim, comumente a dedicação ou restauro que comemora um evento é por sua vez comemorada em uma cunhagem. Este artigo pretende apresentar aspectos sobre a cunhagem de iconografia monumental e a construção de uma memória e reforço de ideias sobre a cidade.

Palavras-chave: Numismática; Monumentalidade; Triunfo; Memória; Poder

1. Introdução

No ano de 2005, a Casa da Moeda do Brasil, instituição responsável pela cunhagem dos tipos monetários em circulação no país, emitiu uma edição especial comemorativa da moeda de um real. Em seu reverso aparecia a imagem de um edifício de arquitetura bastante característica, acompanhada da legenda “Banco Central do Brasil; 40 anos 1965-2005” (Fig. 1). O edifício representado é a materialização simbólica da instituição cujo aniversário se comemorava no ano de emissão da moeda. Esta prática de cunhagem de moedas como maneira de reforçar valores que a entidade emisso-

ra – quase sempre o Estado, dado o caráter oficial da moeda – julga pertinente é uma prática que se observa desde a antiguidade clássica. Mais ainda, mesmo a utilização na iconografia de elementos arquitetônicos ou monumentais é uma continuidade das práticas romanas, com uma representação direta de um edifício cujo aniversário, restauro ou construção são comemorados. Há também a ocorrência de obras e instituições que são comemoradas, porém retratadas de maneira indireta através de uma abstração metonímica; é o caso da moeda de um real citada: a instituição comemorava o aniversário de 40 anos, o prédio mostrado, a sede brasileira do Banco Central do Brasil, foi completado apenas em 1981. O presente artigo busca mostrar de que maneira a cunhagem de moedas é utilizada para celebrar e co-memorar construções e restauros de monumentos no mundo romano do final da república e principado.

(*) Mestrando em Arqueologia pelo MAE-USP. Pesquisador do LARP-MAE/USP <ivan.vasconcelos@usp.br>



Fig. 1. Moeda de 1 real. Brasília 2005. Anverso: Perspectiva do Edifício-Sede em Brasília com a legenda: “BC”, e as inscrições BANCO CENTRAL DO BRASIL e 1965 40 ANOS 2005. Reverso: Valor, data e alusão à Bandeira Nacional; desenhos indígenas no anel. Retirado de: <https://www.bcb.gov.br/htms/Mecir/mcomemor/MCbim40bc.jpg>, acesso em 20/08/2018.

2. Discursos de poder

Se pretendemos entender de que maneira se dá o papel da moeda como construtora de uma memória, necessitamos também compreender as lógicas de poder que regem todos os processos envolvidos: a cunhagem e a dedicação ou restauro dos monumentos. A emissão de moedas é uma prerrogativa do senado romano, porém durante os primeiros séculos do principado, algumas cidades também dispunham do direito de cunhar moedas (Butcher 1988). Esse direito se vincula diretamente ao estatuto jurídico da cidade. Este, por consequência, via de regra era resultado da política de aliança que Roma construía com determinadas cidades e seus grupos dirigentes em contextos de expansão geográfica da autoridade romana. Uma resistência acarretaria em uma posição menos privilegiada como as *civitates peregrinae* no norte da África, ao passo que um alinhamento com Roma poderia resultar em um patamar de *municipium* ou mesmo de *colonia* (Lintott 1993). Evidentemente, este status não é entendido como permanente e pode ser alterado tanto na forma de promoções quanto de demerções dos status das cidades. O estatuto jurídico de uma cidade influencia direitos como os de cunhar moedas, algo extremamente prestigioso, uma vez que a cunhagem de moedas é simultaneamente uma demonstração de seu status jurídico prestigioso e uma afirmação de sua própria identidade local (Howgego 2005). Segue que, para dispor deste

direito é necessário que exista uma negociação entre as elites locais e o poder central em Roma.

A dedicação monumental, por outro lado, se relaciona intimamente com a vocação política da arquitetura e da demonstração de poder, que em Roma se expressa dentro de uma lógica de “propaganda eleitoral” que tem como intuito final a ascensão daquele que o dedica dentro do *cursus honorum* (Zanker 1990). Esta prática se revela como uma das manifestações da instituição do patronato romano. O patronato – em contrapartida com o *evergetismo* observado no mundo grego – tem como característica central o caráter de desigualdade de poder entre aquele que se coloca na posição de patrono ofertante e aqueles que deste recebem a oferta (MacGillivray 2009). Podemos então afirmar que a prática do patronato serve aos interesses daqueles que dispõem de condições econômicas para dedicar algo à comunidade da *urbs* uma vez que têm um retorno na forma de um reforço de caracteres positivos tanto da imagem quanto da memória do patrono. Por sua vez, esta imagem lhe permite ascender no *cursus honorum*, transformando na prática o poder econômico investido em um poder político.

O discurso é mortal, vítima do tempo. Acontecimentos se esvaem com o tempo, e imagens se desfocam, enturvecendo a relação entre ações e indivíduos. A memória se perde, a menos que um agente externo a fortaleça e revigore, e, ao fazê-lo, acaba por reconstruí-la mesmo tentando fazer uma manutenção. A moeda, a arquitetura, e principalmente a estatuária servem como presentificações daqueles que estão nelas representados, ou que foram os responsáveis por sua criação:

Estátuas começaram a adornar o fórum de todas as cidades, a memória dos homens começou a ser perpetuada, e honras para serem lidas por todo o sempre começaram a ser inscritas em suas bases, para que não se lessem apenas em túmulos. Em breve [...] o respeito dos clientes começou a honrar seus patronos deste modo (Plin. HN 34.17)

Chama atenção o papel que Plínio atribui à estatuária: o de não apenas preservar a memória daquele que lá está eternizado, mas também

de reforçar o vínculo entre o patrono – aquele que causou sua construção – e sua clientela. Ao mesmo tempo, é mister notar que essa memória é dinâmica; com o tempo, camadas sucessivas de significado são atribuídas aos diversos monumentos presentes na cidade de Roma (Orlin 2016). A materialidade age, portanto, para reavivar a memória e cimentar as instituições sociais vigentes através de seu discurso.

3. A memória material

Apesar do peso da estatuária como agente de rememoração e manutenção das instituições romanas, a partir do período final da república ganha força uma nova forma de se expressar poder e construir e guiar a memória coletiva: a arquitetura. A monumentalidade não é uma invenção romana; a arquitetura monumental como demonstração de poder encontra exemplos com as obras faraônicas no Egito do terceiro milênio, e se desenvolve fora do contexto mediterrâneo de maneira independente. A relação entre a arquitetura e o passado – e, portanto, a uma memória – é tida como intrínseca de tal modo que Vitruvius, em seu manual de arquitetura composto no primeiro século a.C., declara que é necessário àquele que se dedica à prática da arquitetura ser versado no conhecimento da história para poder entender certos elementos arquitetônicos como os pórticos persas e as cariátides (Vitr. *De arch.* I, 5-6). Varro atesta que a própria ideia de *monumenta* – da qual se origina o termo moderno “monumento” – remete a algo que, ao ser observado, reaviva a *memoria* e a direciona para um passado específico (Ling 6.49). O monumento romano é, portanto, indissociável do passado. O monumento é a presentificação de um passado que é simultaneamente real e imaginado.

A ascensão da arquitetura romana enquanto discurso de poder acompanha o período de mudanças e crises das ordens sociais que acompanha o declínio da república romana e os anos de guerras civis. O panorama construtivo da cidade era, até o século I a.C. bastante pobre; a cidade romana era tida como inferior às cidades de herança grega, como Siracusa e Neapolis em grau de urbanização e monu-

mentalização (Zanker 1990). Roma precisaria esperar até as campanhas militares de Pompeu para conhecer seu primeiro teatro de pedra, construído entre os anos de 57-55 a.C. O Teatro de Pompeu, célebre por ser o local de assassinato de seu algoz Júlio César, é mais do que um ambiente de apresentação teatral. Trata-se de um complexo que inclui um templo – que, aliás, é a justificativa que Pompeu alega para poder construir o complexo em meio a uma república de valores tradicionais de austeridade que coibia ações individuais muito extravagantes – um jardim e galerias para exibição dos tesouros que o general romano desfilara em seu triunfo anos antes (Beard 2007).

O termo “*monumenta*” tem sua raiz linguística no termo *monere*, lembrar. Dele surge *moneta*, usada como epíteto de Juno em um de seus templos.¹ O templo de Juno Moneta se situava no capitolio, próximo ao qual se situava a casa de cunhagem do período republicano, e era tida como uma de suas atribuições a manutenção das unidades de medida da república romana (Meadows & Williams 2001). Assim, quando nos referimos aos discos metálicos que usamos como veículos de troca, unidade de contagem e armazenamento de valor como sendo “moedas”, o termo em português é derivado direto do *moneta* romano, e é deste panorama semiótico que puxamos. As moedas têm, portanto, função de agir como (re)ativadores de uma “memória coletiva” a que Maurice Halbwachs, Jan Assmann e outros se referem (Halbwachs 1992; Assman & Czaplicka 1995).

A moeda é, portanto, *meio imagético*, isto é, vetor necessariamente material de transmissão de uma *imagem*, “simbolização pessoal ou coletiva” necessariamente imaterial (Belting 2014:21). A *imagem*, por sua vez, aparece como

(1) Há versões conflitantes sobre a origem deste epíteto e seu significado; Cícero (*De Div.* I, 101) associa o nome da deusa a uma narrativa que afirma que a deusa teria avisado (*monero*) aos romanos sobre um ataque iminente. A *Suda*, documento bizantino do século X, no verbete sobre *μονήτα*, nos conta que o epíteto se deve a um conselho para que se fossem emitidas mais moedas por ocasião de uma guerra. Seria esta então a origem etimológica para os discos metálicos que usamos como meio de troca.

a codificação de uma *mensagem*, que age para tornar presente uma ausência (Belting 2014:15, 38). Essa definição nos lembra a percepção de Plínio sobre a função da estatuária romana, que, servindo de *meio imagético* através de sua morfologia, transmitem uma *imagem* associada a uma *mensagem* que vincula aquele objeto a um indivíduo romano, com características que são decodificadas através da tradução individual da simbolização coletiva por parte do observador. O resultado final deste processo, instantâneo apesar da longa e complexa descrição, é a presentificação daquele indivíduo experimentada de maneira coletiva a partir de uma série de experiências individuais.

Este ato de interação de um indivíduo com um passado, simultaneamente real e imaginado, não faz apenas com que aquele cuja representação adorne uma praça, um fórum ou a beira de uma estrada seja co-memorado. O indivíduo que retorna ao presente – ou que é recriado no presente, dada a constante ressignificação que resulta da sobreposição das camadas sedimentares da memória – traz consigo todo o espaço social no qual ele está inserido. Todas as relações de poder como, novamente lembrando a frase de Plínio mencionada acima, o patronato e a distinção social são também reestabelecidas e reafirmadas perante os transeuntes que observem essas obras. Então aquele que deseja construir uma memória específica de si ou de sua família, ou de um evento determinado, buscará estimular a relação entre os membros da sociedade e o *meio imagético* que veicule a mensagem desejada. Isso nos ajuda a entender a importância da arquitetura, dos monumentos públicos como aquedutos, templos e arcos, e das moedas nos projetos de construção da memória, não apenas no mundo antigo mas também na nossa própria sociedade contemporânea, como o exemplo citado na introdução deste texto, que busca ressaltar o papel de uma instituição financeira no bom funcionamento da sociedade.

4. A comemoração monumental

A comemoração cívica é parte integrante do viver no mundo romano. Eventos excepcionais como triunfos, fundações, funerais, aniversários

e dedicação de obras realizadas convivem com a regularidade e periodicidade de festividades religiosas – cuja dimensão cívica não pode ser ignorada (Scullard 1981). A realização de eventos como esses serve também para fomentar o reavivamento de uma tradição; existe uma carga de significados que permeia a comemoração de um evento como os *Ludii* (Toner 2014), sejam estes recorrentes como os *Ludi Florales* ou os *Ludi Apollinares*, ou *Ludi* excepcionais como os que o imperador Cômodo celebrou em 192 d.C. Os triunfos em particular remetem a uma prática tradicional cuja etimologia é atribuída por Varro e Diodoro Siculo (*Diod Sic. IV, 5.2*) ao *thriambus* (θρίαμβος), procissão de retorno que teria sido realizada pelo deus Baco por ocasião de sua vitória sobre a Índia, na qual o deus é conduzido em uma carruagem puxada por elefantes. Durante os primeiros anos do império, o triunfo é pensado como uma tradição tão intrinsecamente romana que a *urbs* teria sua origem após um triunfo feito por seu fundador, Rômulo (Beard 2007). Assim, celebrar um triunfo é realizar os mesmos feitos que os antepassados gloriosos de Roma, é inserir-se em um seleto rol de figuras proeminentes na memória romana, ao mesmo tempo em que a cada triunfo se ressignifica a tradição, cada general triunfante adicionando as particularidades do evento que celebrou à memória coletiva romana, que passa a se solidificar em torno deste triunfo como evento fixo no passado e distante do cotidiano da cidade (Assman & Czaplicka 1995).

Como vimos, a memória é efêmera, necessita de constantes reavivamentos. Eventos como os *Ludi* e os triunfos agem como comemorações à medida em que se memoram coletivamente, isto é, co-memoram, os aspectos de tradição que estão presentes nessas cerimônias. As cerimônias cívicas funcionam como um reavivamento da tradição. Mas e se o que se pretende é que a própria cerimônia seja aquilo que é lembrado? Podemos seguir a mesma lógica de patronato, prestígio e poder político já apresentados para entender os processos de construção da estatuária para construção da memória individual. Eventos como os *Ludi* que o imperador Cômodo celebra no final do ano de 192 nos apresenta uma tentativa do imperador de se criar uma imagem pública de si ao matar pessoalmente

um rinoceronte. O animal, exótico para a população presente ao evento, é forçado a lutar contra animais como touros para estabelecer uma relação entre o rinoceronte e o poder. Quando, então, o imperador mata pessoalmente este animal já estabelecido como poderoso, por uma lógica de associação essa característica é transferida – ou se pretende fazê-lo – para o imperador (Toner 2014). Tem-se, portanto, um discurso sobre um evento, no qual o imperador age para criar uma representação que é “psicossocial de si próprio” (Menezes 1992:22; Meyer 2000) e, portanto, memória. Ora, se o evento em si é algo sobre o qual se busca construir um discurso e uma memória, então imagina-se que será acompanhado de uma materialidade que funcione para o presentificar em algum momento futuro. E é de fato o que observamos.

Quando retorna de sua campanha militar vitoriosa sobre Mithradates em Ponto, Pompeu constrói o seu teatro manubial – isto é, utilizando-se dos espólios obtidos na guerra para financiar a construção – em parte para congelar no horizonte da memória romana as suas vitórias, uma vez que os espólios mais impactantes àqueles que assistiam a procissão triunfal foram armazenados nos corredores do próprio teatro (Beard 2007). Mesmo em período republicano se cria a prática de se usar desses espólios de guerra para se dedicar templos como os do Fórum Holitorium, pórticos como o Porticus Metelli, colunas triunfais como a *coluna Minucia*, todos construídos com esmero tanto em relação a suas dimensões quanto a seus materiais constituintes para se destacar de seus arredores (Popkin 2016; Östenberg 2009).

É frequente que durante a realização de algum desses eventos importantes como triunfos, *ludi*, *consecratio* etc. se cunhem moedas que tragam em sua iconografia referência aos mesmos. Os *Ludi Saeculares*, jogos concebidos para serem realizados uma vez por *saeculum*, e com edições anteriores em 249 e 140 a.C. foram novamente celebrados em Roma no ano de 17 a.C. pelo imperador Augusto. Nesta ocasião, foi cunhada uma série de moedas, tanto em denários de prata quanto em *aureus* de ouro (Fig. 2). A prática da cunhagem como uma complementação da comemoração do evento se estende até o final do império, com imperadores realizando



Fig. 2. *Aureus* de Augusto. Colonia Patricia, 18-17 a.C. Reverso: Altar com as inscrições *LVDI/SAECVL[ARES]* flanqueados à esquerda por figura togada e velada, e à direita por arauto empunhando um caduceu. RIC I *Augustus* 138.

cunhagens para comemorar seu aniversário de reinado, como Constantino comemorando trinta anos (RIC VII Rome 322), e mesmo as comemorações triunfais de Pompeu, no século I a.C. (RRC 426).

Existe ainda outra prática que resulta da combinação da ereção de monumentos e da cunhagem para celebração de eventos marcantes. Trata-se do restauro ou dedicação de templos, arcos, entre outros monumentos e uma subsequente representação destes na cunhagem romana, com fins de circulação destes objetos pelo mundo romano. Se pensarmos nos amplos restauros que Augusto promove durante seu reinado, 82 de acordo com o próprio em sua *Res Gestae* (RG 20), percebemos o caráter político-propagandístico dessas restaurações, que acabam por substituir a memória associada a templos republicanos dos séculos III e IV a.C., muitos deles ainda construídos com telhados de madeira (Zanker 1990), como o templo da Concórdia. Este templo é originalmente construído em 367 a.C. para comemorar o fim das hostilidades e conflitos entre famílias patricias e plebeias de Roma (Tameanko 1999). Este significado acaba por ser alterado quando Tibério (re) dedica o templo para *Concordia Augusta*, em homenagem ao seu predecessor, que também havia dado fim ao período de guerras civis da república. Tibério parecia o restauro e (re)dedicação do templo com a cunhagem de uma moeda em 36 d.C. (Fig. 3). Nesta moeda, as características morfológicas do templo estão bastante acentuadas; é possível discernir características



Fig. 3. Sestércio de Tibério. Roma 34-35 d.C. Anverso: Templo hexastilo com alas flanqueadas; Concórdia sentada dentro, segurando cornucópia; Hércules e Mercúrio de pé nos *podia*; Júpiter, Juno, Minerva, Vitória e outras figuras acima do pedimento. *RIC I Tiberius 55*.

individuais das estátuas representadas e a arquitetura aparece de maneira bastante detalhada. A total ausência não de apenas uma inscrição, mas de qualquer elemento escrito no reverso age de maneira a conferir total protagonismo à estrutura representada, que não compete em atenção com outros elementos.

Mais ainda, a ocorrência de uma iconografia “pura”, isto é, sem que exista mesmo um único caractere escrito, não é usual. Seria então o templo prontamente reconhecível apenas através de suas características físicas de modo a dispensar qualquer caracterização? Existe um vasto corpo documental monetário que traz em sua iconografia templos, salvo raras exceções representados de maneira frontal, sem angulação na base (Tameanko 1999). Essa padronização na forma de representação faz com que a identificação de templos seja feita com apoio da legenda quando não se apresentam características arquitetônicas prontamente reconhecíveis como a estátua de culto quando representada, ou eventuais estátuas acima do pedimento. Comparando esta moeda particular com outras moedas comemorativas de restauros, como a do templo do Divino Augusto, emitida por Antonino Pio em 158-9 (*RIC III Antoninus Pius 124, 143, 144*), vemos que, embora seja possível a identificação da edificação a partir da estatuária de Augusto e Livia, a legenda apresenta o templo, afirmando que se trata do *TEM[PLVM] (AED[ES] em alguns tipos) DIV[INVM] AVG[VSTVS] REST[ORATIO]*, isto é, do templo do Divino Augusto restaurado.

Também as obras de engenharia como aquedutos e estradas compõem o campo de atuação dos agentes políticos do império. A existência de denários como os de Trajano (*RIC II Trajan 266, 267, 636-638*) e de Augusto (Fig. 4), no qual o príncipe aparece em circunstâncias triunfais – em uma quadriga e sendo coroado pela Vitória – e em cima de um arco triunfal, que por sua vez está em cima de um viaduto, é significativa pela inscrição que acompanha a moeda: “*QVOD VIAE MVN[ITA] SVNT*” – por ter causado a construção das estradas. À primeira vista, poderíamos considerar que se trata de um agradecimento feito pelos representantes do local de cunhagem da moeda, *Colonia Patricia Corduba* atual Córdoba espanhola. O fato, porém, de ela ser de cunhagem imperial,



Fig. 4. Denário de Augusto. *Colonia Patricia* 18-17 a.C. Reverso: Quadriga com vitória coroando triumphator acima de um arco triunfal duplo acima de viaduto. Ao redor, inscrição *QVOD VIAE MVN[ITAE] SVNT*. *RIC I Augustus 144*.

indicaria que sua confecção se dá não por autoridade local, mas por ordens de Roma (Butcher 1988). O que se observa, então, é que esta moeda também atua como um reforço da atribuição entre a figura individual do patrono Augusto com as estradas que construiu, agindo tanto para transformar este discurso em memória para aqueles que não haviam feito esta associação quanto para reforçar esta memória naqueles que já haviam.

Não podemos resumir a cunhagem comemorativa de temática de obras públicas de engenharia a estradas. Contabilizamos também aquedutos (*RIC II Trajan 463, 464, 607, 608*), estruturas responsáveis pela distribuição de água para as cidades romanas, e com uma função arquitetônica marcante, por vezes servindo como base para outros monumentos como arcos triunfais

(Tameanko 1999), que aparecem na iconografia monetária de maneira estilizada, como mesmo a Via Trajana, que é representada antropomorficamente segurando uma roda de carro e acompanhada de uma legenda que a identifica. Portos como o Porto de Óstia (Fig. 5) são responsáveis pelo abastecimento de víveres para as cidades romanas. Quando então Nero constrói este porto, em 57 d.C. decide emitir cunhagem que o retrate em sua iconografia (Tameanko 1999).



Fig. 5. Sestércio de Nero, Roma 62-68 d.C. Reverso: Vista do porto em Ostia; Estátua de Netuno sobre um pharos, acima; Tibre reclinando para a esquerda, abaixo. Legenda circular acima: AVGVSTI. Legenda circular abaixo: S[ENATVS] POR[TVS] OST[IAE] C[ONSVLTVM].

O aparato imagético mobilizado por Nero, composto pela estrutura circular do próprio porto e suas edificações envolvendo as embarcações dispostas na água, é reutilizado em novas cunhagens portuárias como a de Trajano (RIC II Trajan, 471) de 103-111, por ocasião da

construção de Portus, com seu porto de formato hexagonal evidenciado. O discurso mobilizado por parte dos imperadores é o mesmo, buscar estabelecer-se como figura de poder dentro da lógica do patronato.

Se os jogos têm uma importância na consolidação da imagem do imperador, dedicações monumentais relacionadas a ele serão também representadas, como o Anfiteatro Flaviano cuja inauguração foi acompanhada por uma série de sestércios cunhados por Tito (RIC II Titus, 184-186) e o Circo Máximo, restaurado por Trajano não apenas para ampliar a sua capacidade de público, mas também servir como edificação que adereça a rota monumental do circuito triunfal, este também com uma função de construção de memória bastante acentuada (Popkin 2016).

5. Considerações finais

Se a monumentalidade, como afirmaram Plínio e Vitrúvio, tem a função de fazer lembrar, também possuem essa função as moedas. Mais ainda, em um processo de construção e consolidação da memória, elas atuam como um eterno reativamento, propagando geograficamente as ideias que orientam a sua confecção. As moedas aqui apresentadas não correspondem, de modo algum, a uma lista exaustiva de tipos que sejam aquilo que chamamos de comemorações monumentais. Pelo contrário, a existência dessas moedas com iconografia monumental e cunhadas por ocasiões marcantes se estende desde o final da república até o período do *dominato*. Mas elas são bons exemplos de como se dá a estratégia por parte dos imperadores de, através da iconografia, se criar uma imagem a partir de um discurso.

VASCONCELOS, I. V. Monumental Commemoration on Roman Coinage. *R. Museu Arq. Etn.*, 32: 87-95, São Paulo.

Abstract: Since classical antiquity both architecture and monumentality constitute a vehicle – both official and extra-official – for the transmission of ideas through both formal and symbolical aspects. These, in turn, are specifically chosen for such purposes, as testifies Vitruvius in his architectural

manual. It is not unusual in the Roman world for an event such as a triumph or an anniversary to be celebrated by restoring or dedicating a monument, usually aiming to build a symbolical connection in the social space between the object, the event, and the person performing the dedication. Given that coinage is also a vehicle of ideas – albeit a strictly official one – it constitutes a tool with which to shape the memory surrounding the commemoration event through its iconography. This article aims to tackle some aspects of monumental coinage in respect to the construction of memory in association with the city and its monuments.

Keywords: Numismatics; Monumentality; Triumph; Memory; Power.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer ao meu orientador Prof. Dr. Vagner Carvalheiro Porto por toda ajuda a mim dedicada, à Prof^a Dr^a. Maria Isabel

Fleming pela oportunidade de realizar esta apresentação, e à Aline Porfírio, pela companhia e apoio.

Referências bibliográficas

- Assman, J.; Czaplicka, J. 1995. Collective memory and cultural identity. *New German Critique*, no. 65: 125-133.
- Beard, M. 2007. *The Roman Triumph*. The Belknap Press of Harvard University Press, Cambridge-MA/ London.
- Belting, H. 2014. *Antropologia da Imagem*. KKYM+EAUM, Lisboa.
- Butcher, K. 1988. *Roman Provincial Coins: An introduction to the "Greek imperials"*. Seaby, London.
- Galinsky, K. 2016. Introduction. In: Galinsky, K. *Memory in Ancient Rome and Early Christianity*. Oxford University Press, Oxford: 1-41.
- Halbwachs, M. 1992. *On Collective Memory*. University of Chicago Press, Chicago.
- Howgego, C. 2005. Coinage and Identity in the Roman Provinces. In: Howgego, C.; Heuchert, V.; Burnett, A. (Eds.) *Coinage and Identity in the Roman Provinces*. Oxford University Press, New York: 1-17; 229-232.
- Lintott, A. W. 1993. *Imperium Romanum: politics and administration*. Routledge, London; New York.
- MacGillivray, E. D. 2009. Re-evaluating patronage and reciprocity in antiquity and new testament studies. *Journal of Greco-Roman Christianity and Judaism*: 37-81.
- Meadows, A.; Williams, J. 2001. Moneta and the Monuments: coinage and politics in republican Rome. *The Journal of Roman Studies*, Vol. 91: 27-49.
- Menezes, U. T. 1992. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 34: 9-24.
- Meyer, E. 2010. Propaganda, staged applause, or local politics? Public monuments from Augustus to Septimius Severus. In: Ewald, B. C.; Noreña, C. F. (Eds.) *The Emperor and Rome: space, representation, and ritual*. Cambridge University Press, Cambridge: 111-134.
- Orlin, E. 2016. Augustan reconstruction and roman memory. In: Galinsky, K. (Ed.) *Memory in Ancient Rome and Early Christianity*. Oxford University Press, Oxford: 115-144.
- Östenberg, I. 2009. *Staging the World: Spoils, captives, and representations in the Roman triumphal procession*. Oxford University Press, Oxford.
- Popkin, M. L. 2016. *The Architecture of the Roman Triumph: Monuments, memory, and identity*. Cambridge University Press, New York.

Scullard, H. H. 1981. *Festivals and Ceremonies of the Roman Republic*. Thames & Hudson, London; New York.

Tameanko, M. 1999. *Monumental Coins: Buildings & structures on ancient coinage*. Krause Publications, Iola, WI.

Toner, J. 2014. *The Day Commodus Killed a Rhino: understanding the Roman games*. John Hopkins University Press, Baltimore.

Zanker, P. 1990. *The Power of Images in the Age of Augustus*. University of Michigan Press, Ann Arbor.